

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2025.

No dia 18 de fevereiro de 2025 reuniram-se, às 14h10min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Daniel Vieira, Diretor-Presidente do IPREM e Evelyn de Sousa Faria, Diretora Financeira. Eugenio Mozart Silva Filho, presidente do Conselho Fiscal. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 2) Apresentação das Receitas e Despesas de janeiro/2025;**
- 3) Apresentação do cenário econômico;**
- 4) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM.**

Quanto ao item 1: Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a janeiro de 2025. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal positiva de R\$ 5.621.851,47, no percentual de 1,26%. A rentabilidade acumulada no ano é positiva em R\$ 5.621.851,47, equivalente ao percentual de 1,26%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 2.076.063,12, representando o percentual de -4,64%; a rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 2.076.063,12, no percentual de -4,64%. Na **carteira total**, no mês, o resultado positivo foi de R\$ 3.545.788,35, equivalente ao percentual de 0,72%. A rentabilidade anual é positiva em R\$ 3.545.788,35, equivalente ao percentual de 0,72%, ficando 10,5% acima da meta atuarial para o período, que foi de IPCA + 5,04%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 4963/2021, porém há 6 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

Quanto ao item 2: A Diretora de Contabilidade encaminhou as informações referente às Receitas e Despesas de janeiro de 2025, que foram apresentadas conforme segue: as receitas e despesas orçamentárias da fonte de recurso fonte 1800. No período de janeiro as receitas orçamentárias fonte 1800 oriundas de contribuição previdenciária totalizaram R\$ 5.210.761,95; COMPREV: R\$ 60.463,97,. Aluguel: R\$ 15.180,00. O valor total das receitas: R\$ 5.286.405,92. A despesa orçamentária empenhada na fonte 1800 e 2800 oriunda de despesas como aposentadorias, pensões, COMPREV e sentenças judiciais totalizou o valor de R\$ 7.231.565,45.

Quanto ao item 3: Na Zona do Euro, a inflação medida pelo CPI acelerou para 2,4% (A/A) em dezembro, alinhada às expectativas, com destaque para a recuperação nos preços de energia (0,1% ante -2,0% A/A) e leve aceleração nos serviços (4,0% A/A). No comparativo mensal, o CPI cheio subiu 0,4% (M/M), enquanto o núcleo, excluindo energia e alimentos, variou 0,5% (M/M), mantendo a taxa anual em 2,7%. No tocante ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego permaneceu em 6,3% em novembro, com estabilidade na Alemanha (3,4%), alta na França (7,8%) e Itália (6,2%), e queda na Espanha (10,6%). Acerca dos dados de atividade, a produção industrial avançou 0,2% (M/M), abaixo das expectativas, e dos níveis pré-pandemia (-1,9% A/A). O volume de vendas no varejo cresceu 0,1% (M/M), com destaque para combustíveis (0,8% M/M). No acumulado anual, as vendas no varejo subiram 1,2% (A/A), com França liderando (1,5% A/A). No front de política

monetária, no mês, o BCE reduziu as taxas de juros em 0,25%, ajustando a taxa de depósito para 2,75%. O comunicado indicou expectativa de estabilização da inflação, com desaceleração salarial e absorção de custos pelas empresas. Nesse contexto, revisamos as projeções, antecipando mais um corte de 0,25% em março, totalizando quatro cortes até setembro de 2025, encerrando o ciclo com a taxa de depósito em 2,00% a.a. Na China, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou crescimento de 5,4% (A/A) no quarto trimestre de 2024, surpreendendo positivamente a mediana das expectativas do mercado. Com o resultado, o PIB chinês apresentou um crescimento de 1,6% (T/T), acelerando em relação ao terceiro trimestre de 2024 (1,3% (T/T) revisado de 0,9%). No acumulado do ano, a China registrou crescimento de 5,0%, acima da expectativa de mercado de (4,9%), mas em linha com a meta estipulada pelo governo chinês. As expectativas de mercado se voltam para a sessão anual de março, na qual a China deve anunciar sua meta de crescimento para 2025. No cenário global, em janeiro, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump adotou uma postura comercial mais agressiva, impondo tarifas significativas a parceiros comerciais tradicionais, como México e Canadá. Foram aplicadas tarifas de 25% sobre as importações desses dois países, além de 10% sobre os produtos chineses. No Oriente Médio, no mês, ocorreu o cessar-fogo entre Israel e Hamas, que deve durar até o início de março. No leste europeu, a Guerra da Ucrânia completou 35 meses, com intensificação da atuação americana nas negociações para alcançar a resolução mais rápida para o conflito. No Brasil, acerca dos dados de atividade, o setor de serviços mostrou contração de 0,9% em novembro (divulgado em janeiro). Com isso, o setor está 16,9% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e 0,9% abaixo de outubro de 2024 (auge da série histórica). Em relação ao mercado de trabalho, os dados também decepcionaram na margem. No caso do saldo de empregos formais de dezembro (-535.547), o desempenho ficou bem abaixo do piso das estimativas apurada pela Agência Estado (- 487.116). Esse foi o pior saldo da nova série histórica do CAGED, iniciada em 2020. Nesse contexto, a taxa de desemprego também desapontou na margem ao aumentar de 6,1% para 6,2% em dezembro. Um movimento de alta na taxa de desemprego não era observado desde o começo de 2024. Destaque para o menor número de empregos informais. No âmbito de política fiscal, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 15,7 bilhões em dezembro de 2024, frente ao déficit de R\$ 129,6 bilhões em dezembro de 2023. Esse resultado foi proveniente de um superávit do governo central de R\$ 26,7 bilhões, um déficit dos governos regionais de R\$ 12,0 bilhões e um superávit nas empresas estatais de R\$ 1,0 bilhão. Com esse dado, a dívida bruta (DBGG) encerrou o ano em 76,1% do PIB. A inflação medida pelo IPCA avançou +0,16% (M/M) em janeiro, desacelerando em relação ao avanço de +0,52% (M/M) observado no mês anterior. Essa foi a menor variação mensal dos últimos 5 meses. Com isso, o índice acumulou alta de +4,56% em 12 meses (ante +4,83% em dezembro), desacelerando assim nessa base comparação. A maior contribuição para a variação do índice partiu do grupo “Transportes” influenciado pelo expressivo aumento dos itens de Transporte público. Os preços administrados recuaram -1,52% em janeiro ante -0,17% de dezembro, influenciados principalmente pelo recuo dos preços do item “Energia elétrica residencial” (-14,21% ante +0,29% na leitura anterior). Já os preços livres desaceleraram (de +0,77% para +0,74%) ainda se mantendo como os principais vetores do IPCA. Nas aberturas dos preços livres, “produtos industriais” e “alimentos” desaceleraram de +0,65% para +0,45% e de +1,17% para +1,07%, respectivamente. Por outro lado, os serviços aceleraram de +0,66% para +0,78%. A média dos núcleos acelerou, tanto na comparação mensal (de +0,58% para +0,61%), quanto quando observada a variação acumulada em 12 meses (de +4,35% para +4,55%). Em janeiro, o COPOM elevou a taxa básica de juros, de 12,25% para 13,25% a.a., em linha com o esperado pelo mercado. No que tange à sinalização, o comitê indicou que antevê

“...um ajuste de mesma magnitude na próxima reunião”, o que deve elevar a Selic a 14,25% na reunião de março de 2025. O Comitê também voltou a classificar o ambiente externo como desafiador, o que segue exigindo cautela por parte de países emergentes. Em relação ao ambiente doméstico, avaliou que o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho segue apresentando dinamismo. Sobre a inflação, manteve a atenção para a elevação do IPCA, das medidas de núcleo e das expectativas de inflação que, segundo o Comitê “elevaram-se de forma relevante”.

Quanto ao item 4: Foi proposta a seguinte movimentação: aplicar R\$ 2 milhões a serem resgatados do fundo “Caixa Construção Civil” no fundo “Caixa Brasil FI Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo”. A movimentação será realizada para ajustar os percentuais de alocação de recursos em renda variável conforme à PAI. É uma movimentação para que o resgate seja gradual mantendo a cota positiva. Na movimentação o risco de crédito aumenta pois o fundo que receberá os recursos que contém títulos públicos e letras financeiras de banco, enquanto o fundo de onde os recursos serão resgatados é de renda variável, que geralmente não têm risco de crédito como principal preocupação, pois esse tipo de risco está mais associado a investimentos em dívida, como títulos públicos ou privados. Há redução de risco de mercado, pois ao movimentar de um fundo de renda variável para um fundo referenciado DI, o fundo DI está atrelado à renda fixa e tem volatilidade muito menor. Há riscos associados à taxa de juros e à inflação, embora sejam muito mais controlados do que no caso da renda variável. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Há pequena alteração no risco jurídico por conta dos créditos privados que compõem a carteira, possíveis mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora. Há redução de risco sistêmico pois Fundos DI são mais estáveis e menos voláteis, mas ainda estão sujeitos a cenários extremos que afetem a economia ou a política monetária. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foi proposta a seguinte movimentação: os recursos a serem recebidos do COMPREV no mês de março, no valor de R\$ 342.841,20, serão aplicados no fundo “Itau Referenciado DI”. É um fundo de renda fixa de baixa volatilidade, prazo de resgate D+0 e no momento está sendo utilizado para cobrir a diferença da folha de pagamento dos inativos. Os fundos referenciados DI são investimentos de baixo risco. O principal risco está associado às variações da taxa de juros (risco de mercado). O risco de crédito se deve ao fundo conter títulos privados. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". O risco jurídico envolve perdas decorrentes de mudanças na legislação, decisões judiciais ou problemas legais relacionados ao fundo ou à gestora. Mudanças na regulamentação de fundos de investimento (como alterações nas regras de tributação ou alocação de ativos) podem impactar o desempenho do fundo. Além disso, problemas jurídicos específicos da gestora (como processos judiciais ou sanções da CVM) também podem afetar o fundo. No entanto, como os ativos do fundo são segregados do patrimônio da gestora, o risco jurídico é considerado baixo. O risco sistêmico são crises econômicas ou financeiras graves que podem impactar o desempenho do fundo. Por exemplo, em uma crise de liquidez, os títulos públicos podem sofrer desvalorizações temporárias devido à marcação a mercado. Em cenários extremos (como uma crise de confiança no governo), até mesmo títulos públicos podem perder valor, embora isso seja raro no Brasil. Mudanças bruscas na política monetária (como cortes ou aumentos significativos na taxa Selic) também podem afetar o fundo. O risco sistêmico é considerado baixo, mas está presente, especialmente em cenários extremos. **A movimentação foi aprovada por**

unanimidade. Na data de 17 de fevereiro, foi realizada a seguinte movimentação: a aplicação de R\$ 4.394.761,32 referente a cupons de títulos públicos de final ano par no fundo “Itau Institucional Renda Fixa”. A aplicação foi realizada evitar que os recursos fiquem em conta corrente sem rentabilização e de modo a diminuir a volatilidade da carteira. O risco de mercado é moderado e está relacionado principalmente às variações da taxa de juros e à marcação a mercado. O risco de crédito majoritariamente em títulos públicos têm risco de crédito é muito baixo. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". O risco jurídico é baixo, mas existe, especialmente em cenários de mudanças regulatórias ou problemas específicos da gestora. O risco sistêmico é baixo, mas está presente, especialmente em cenários extremos que afetem a economia ou a política monetária. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 17h00min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira
Presidente

André Albuquerque
Membro

Eugenio Mozart Silva Filho
Membro

Evelyn Sousa Faria
Membro